



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005680-12.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL**
 Requerente: **CLB Viagens e Turismo Ltda. ME**
 Requerido: **Hotel Costa Classique**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter acertado com o réu a reserva de apartamentos para período determinado, desbloqueando-os em seguida.

Alegou ainda que como o réu lhe ofereceu carta de crédito no mesmo montante para ser utilizada até agosto de 2014 fez novo bloqueio de apartamentos, mas uma vez mais cancelou a reserva por motivo de doença do sogro de seu representante e pleiteou a restituição da quantia paga.

Como a ré assim não fez, almeja à sua condenação a tanto.

Indefiro de início o pedido de fls. 41/42 por considerar que o documento de fl. 40, aliado ao de fl. 05, é suficiente a comprovar a regularidade da preposição realizada para que a autora se fizesse representar na audiência de fl. 38.

Já as preliminares suscitadas em contestação não merecem acolhimento.

A petição inicial está devidamente fundamentada e possui relato inteligível, tanto que rendeu ensejo a substancial defesa do réu.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Não é inepta, pois.

Outrossim, a circunstância do pagamento levado a cabo por ocasião da contratação em apreço ter sido implementado pelo representante da autora não basta a excluir a legitimidade ativa ad causam desta, até porque é incontroverso que foi ela quem firmou o ajuste com o réu.

Portanto, rejeito as prejudiciais arguidas.

No mérito, os fatos trazidos à colação são incontrovertidos.

Isso porque é indiscutível que a autora contratou a reserva de apartamentos junto ao réu para utilização de 14 a 17 de agosto, tendo solicitado o cancelamento em 13 de junho.

Diante desse cenário, transparece certa a responsabilidade do réu em restituir o valor recebido da autora, pois alternativa diversa importaria reconhecer o recebimento de importância por serviço não prestado.

Por outras palavras, a ré ficaria com valor sem qualquer contraprestação à autora, o que rende ensejo a indisfarçável enriquecimento sem causa em detrimento desta.

Nem se diga que as partes teriam ajustado que em caso de não utilização dos apartamentos até agosto/2014 a autora não faria jus a qualquer de devolução.

Mesmo que isso tivesse restado patenteado (ressalvo que não foi amealhado elemento concreto por meio do qual a autora tivesse anuído a cláusula dessa natureza), haveria manifesto vício na estipulação porque daí derivaria o já aludido – e intolerável – enriquecimento sem causa da ré.

Não se pode olvidar que como o cancelamento aconteceu com mais de dois meses antes da data prevista para utilização dos apartamentos é lícito supor que a ré não experimentou prejuízo algum com o sucedido, reunindo tempo mais do que suficiente para permitir o seu uso de outras maneiras.

A conjugação desses elementos conduz ao acolhimento da pretensão deduzida, inclusive quanto à incidência de correção monetária como preconizado pela autora porque ela tem por escopo somente preservar o padrão da moeda sem nada acrescer-lhe.

Solução diversa aplica-se ao pedido contraposto feito pelo réu à minguia de prova consistente de que arcou com o pagamento de algum valor em decorrência do cancelamento feito pela autora.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE a ação e IMPROCEDENTE** o pedido contraposto para condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 7.680,00, acrescida de correção monetária, a partir do pagamento de cada parcela que a compôs por meio de uso de cartão de crédito, e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Caso o réu não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 17 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**